



COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
Rua dos Mundurucus, nº 4487 - Bairro Guamá
Belém-PA, CEP 66073-000
- <http://chu-ufpa.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23768.014779/2025-31

TERMO DE REFERÊNCIA - SEI

PROCESSO Nº 23768.014779/2025-31

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem objeto à **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA PROCEDIMENTOS ENDOSCÓPICOS**, com a finalidade de atender às demandas assistenciais e operacionais da Central de Endoscopia do Complexo Hospitalar Universitário da Universidade Federal do Pará (HUIBB), assegurando a continuidade e a qualidade dos procedimentos endoscópicos prestados à população usuária do SUS.

1.2. As estimativas de consumo e o detalhamento dos itens requeridos constam *no Anexo II* deste Termo de Referência.

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal (CATMAT), prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1.988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.1.2. [Lei nº 6.360](#), de 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1.990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.4. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2.007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;

2.1.5. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2.010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.1.6. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2.011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2.005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1.991; e dá outras providências;

2.1.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2.011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

2.1.8. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2.016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.9. [Lei nº 14.133](#), de 01 de abril de 2.021 - Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

2.1.10. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2.006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.11. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2.012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;

2.1.12. [Decreto nº 11.462](#), de 31 de março de 2.023 - Regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.13. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2.015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.14. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2.016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.15. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2.010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.16. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2.018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SicaF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.17. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH, de 09 de julho de 2024 (Documento SEI nº 40437406) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.18. [Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH - Apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh](#);

2.1.19. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 7ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2024](#);

2.1.20. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado em 28/04/2022, que regulamenta as licitações e contratos para aquisição de bens e serviços pela EBSERH, e dá outras providências](#);

2.1.21. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#).

2.2. Justificativa da contratação:

2.3. Os Hospitais Universitários Federais (HUF) da rede EBSERH são importantes centros de formação de recursos humanos na área da saúde e prestam apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições federais de ensino superior às quais estão vinculados. Além disso, no campo da atenção à saúde, são centros de referência de média e alta complexidade exclusivos para o Sistema Único de Saúde (SUS). Por possuírem profissionais especializados e equipamentos de saúde voltados para a realização de diagnósticos e tratamentos, tornam-se referência loco-regional para a assistência de grande parte da população e para os gestores do Sistema Único de Saúde.

2.4. O Complexo Hospitalar da UFPA - CHU (UG 155909), integrados pela Unidade Hospitalar João de Barros Barreto e Bettina Ferro de Souza desenvolvem atividades de assistência especializada prestada no cumprimento de seus objetivos acadêmicos e sociais, é uma instituição que, em conjunto com unidades do Ministério da Saúde, integram a assistência prestada à população, com a formação de profissionais, capacitação de pessoal e atividades de investigação científica nas áreas específicas de habilitação e que presta serviços à comunidade através do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo referência para o sistema de saúde regional.

2.5. Trata-se da aquisição de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO-HOSPITALAR PARA ENDOSCOPIA E BRONCOSCÓPIA**, com a finalidade de atender às demandas assistenciais e operacionais da Central de Endoscopia e Broncoscopia do Complexo Hospitalar Universitário da Universidade Federal do Pará (HUIBB), assegurando a continuidade e a qualidade dos procedimentos endoscópicos prestados à população usuária do SUS. Os equipamentos/insumos visam atender com maior eficiência a operacionalidade das atividades que são rotineiras dentro da Unidade de Almoxarifado, com o intuito de agilizar e trazer maior conforto e segurança aos colaboradores que atuam diretamente na organização, dispensação e gestão do estoque. Este fato torna necessário um equipamento como para otimizar a capacidade de armazenamento e movimentação dos insumos com segurança, buscando atender todas as exigências previstas nas Normas Regulamentadoras.

2.6. Portanto, faz-se necessária a reedição quanto à aquisição por meio de **Sistema de Registro de Preço (SRP)**, pois trata-se de um processo ordinário com previsão e estimativa para o uso anual. O uso do sistema de Registro de Preços para essa aquisição está fundamentado no inciso V do art. 3º, do [Decreto nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023](#) dado que se justifica pela necessidade de contratações frequentes e pela impossibilidade de se definir previamente o quantitativo a ser demandado por este Hospital. A imprevisibilidade apresentada decorre das características desta instituição

(Hospital-Escola), bem como da diversidade de demandas que se apresentam durante a assistência ao cliente, também permitindo um controle mais eficiente e eficaz dos estoques minimizando o risco de perda por validade e otimizando as condições de armazenamento.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. O processo para a aquisição será conduzido através da **modalidade Pregão**, na forma eletrônica, critérios de julgamento menor preço do item, realizada através de portais de compras de acesso público na internet (Portal de Compras Governamentais), em observância ao inciso IV do art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da Eberh - RLCE 2.0, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa consoante com o disposto no art. 2º do mesmo dispositivo.

3.2. Será adotado como **forma de contratação o Sistema de Registro de Preço - SRP**, objetivando a assinatura de **Atas de Registro de Preços - ARP**, com a duração de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período. O uso do SRP para essa aquisição se justifica, visto que, há necessidade de contratação frequente do objeto a ser contratado, contudo não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado por esse CHU, tudo em consonância com a previsão legal do RLCE 2.0 seção III, capítulo V, e em conformidade com os Incisos I e V do art. 3º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3. A imprevisibilidade apresentada decorre das características desta instituição (Hospital-Escola), bem como da diversidade de demandas que se apresentam durante a assistência ao cliente, também permitindo um controle mais eficiente e eficaz dos estoques minimizando o risco de perda por validade e otimizando as condições de armazenamento.

3.4. Em atendimento ao disposto no art. 32, IV, da Lei n.º 13.303/2016, destacamos que os bens a serem adquiridos são classificados como **Bens de natureza comum**, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital da licitação, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Considerando as orientações constantes no Ofício - SEI nº 73/2019/SCC/CAD/DAI-EBSERH [1530660], que trata da Concessão de Adesão a Ata de Registro de Preços - Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, poderá ser concedida adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Eberh, conforme preconiza o art. 89, § 1º, § 2º e § 3º do Regulamento de Licitações e Contratos Eberh (RLCE):

§ 1º Poderá aderir ao sistema referido no caput, seja por participação na origem da licitação ou adesão à ata de registro de preços, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016.

§ 2º As unidades hospitalares da Eberh que operam Unidades Gestoras vinculadas às Instituições Federais de Ensino Superior podem aderir ao SRP da Eberh durante o período de transição de gestão para a Unidade Gestora da Eberh

§ 3º As licitações no âmbito do SRP serão preferencialmente precedidas do procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, com prioridade para participação de outras unidades hospitalares da Eberh.

4.2. De acordo com o art. 92 do RLCE 2.0 "A concessão de adesão a uma ata de registro de preços firmada pela Eberh demanda a solicitação prévia de remessa de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação".

4.3. A diretriz de apreciação do estudo prévio do órgão que pretende aderir à ata de registro de preços está contida no Acórdão TCU nº 3.353/2019 - 1ª Câmara, direcionado à Eberh:

"9.3.2. como órgão gerenciador, somente admita futuras adesões ao Grupo 1 da ata de registro de preços resultante do Pregão Eletrônico 4/2018, por outros órgãos e entidades não participantes, se estiverem devidamente justificadas, mediante a realização de estudo que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade na utilização da ata de registro de preços".

4.4. Diante do exposto e com vistas a implementar o fortalecimento e cooperação entre a rede e os Hospitais que compõe a Eberh, estendendo-se para os demais órgãos submetidos ao regime das estatais, considerando ainda a vantajosidade para a Administração Pública, no tempo em que uma adesão à ata é um processo menos moroso que um processo licitatório comum, o CHU-UFPA/EBSERH admitirá adesão à Ata de Registro de Preços quando o órgão ou entidade requisitante for contemplado pela Lei nº 13.303/2016 ou pertencer à Rede Eberh, sempre mediante apresentação de estudo, elaborado pelo órgão ou entidade que pretende aderir à ata, demonstrando ganho de eficiência, viabilidade e economicidade nessa contratação em consonância com o art. 92 do RLCE 2.0.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O licitante não poderá incorrer em quaisquer das vedações previstas no art. 69 do RLCE, a saber:

" Art. 69. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela Eberh a empresa:

I - suspensa no âmbito da Rede Eberh;

II - declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

III - impedida de licitar e de contratar com a União;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

IX - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou em exercício na Eberh;

X - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Eberh.

§ 1º Aplica-se a vedação prevista no caput:

I - à contratação, como pessoa física ou em procedimentos licitatórios, na condição de licitante, de integrante de órgão estatutário, empregado, servidor cedido ou exercício na Eberh, bem como de integrante do Ministério da Educação ou de Instituições Federais de Ensino e congêneres signatários de contratos de gestão com a Eberh;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) integrantes de órgãos estatutários da Eberh;

b) empregado, servidor cedido ou em exercício na Eberh cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou estejam envolvidos no respectivo processo de contratação;

c) autoridade do Ministério da Educação;

d) autoridade das Instituições Federais de Ensino Superior e congêneres signatárias de contratos de gestão com a Eberh.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Eberh há menos de 6 (seis) meses.

§ 2º A vedação prevista no caput também será aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, desde que comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 3º A aplicação das vedações previstas nos incisos IV a VIII do caput e no § 2º deverá ser precedida de realização de diligências para verificar se houve tentativa de fraude por parte das empresas apontadas, por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, datas de abertura, dentre outros, sendo necessária a convocação do fornecedor para manifestação previamente à sua desclassificação.

§ 4º O disposto nos §§ 2º e 3º deve ser observado quando da emissão de nota de empenho, formalização da contratação e pagamento".

5.1.1. Habilitação - Qualificação Técnica:

5.1.2. Para habilitação será exigida a documentação jurídica, fiscal, social e trabalhista, descrita no edital.

5.1.3. Além daquelas exigidas em edital o licitante deverá apresentar ainda Atestado de Capacidade Técnica, que comprove já ter fornecido os produtos da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais.

5.1.4. Apresentar também para todos os itens:

a) Certificação do INMETRO para todos os itens;

5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Licitação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos itens anteriores, o Agente de Licitação exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra/catálogo, conforme descrito no item 4.4, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05(cinco) dias úteis, contados da solicitação.

5.4. Amostra

5.4.1. O CHU-UFPA se reserva no direito de solicitar amostra do produto ofertado para avaliação técnica ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

5.4.2. O procedimento de análise de amostras deverá seguir a **Norma Operacional - SEI nº 4/2023/DAI-EBSERH (27228627)**, publicada no [Boletim de Serviço nº 1480](#), de 19 de janeiro de 2023, que estabelece o procedimento de avaliação de amostras conforme *Anexo VI - Parecer Técnico de Análise de Amostras* (Documento SEI nº 23087884).

5.4.3. A amostra deverá ser solicitada após a análise preliminar e aprovação dos documentos de habilitação técnica do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

5.4.4. O envio/postagem das amostras deverá se dar no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.

5.4.5. O prazo poderá ser prorrogado quando for apresentada justificativa aceita pela EBSERH.

5.4.6. As amostras, **quando solicitadas**, deverão ser apresentadas juntamente com os descritivos técnicos originais, que contenham a descrição detalhada em português, do produto ofertado.

5.4.7. A quantidade das amostras deverá ser de no mínimo 02 (duas) unidades por item e deverá ser apresentada na embalagem original, conforme comercializada.

5.4.8. O endereço para envio das amostras será na Rua dos Mundurucus, 4487 – GUAMÁ – BELÉM – PARÁ – CEP 66073 – 005, na Unidade de Licitação do CHU-UFPA.

5.4.9. A EBSERH se reserva no direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais, para aferir se os bens propostos atendem às especificações contidas no Termo de Referência.

5.4.10. As amostras deverão ser apresentadas com as seguintes informações:

- a) "Amostra para Análise", além dos dados completos da referida amostra;
- b) Licitação: número da licitação e do item a que se refere;
- c) Fornecedor: nome, telefone e e-mail;
- d) Representante: nome, telefone e e-mail.

5.4.11. As amostras deverão ser entregues em embalagens individuais contendo: data, número do lote de fabricação, prazo de validade e informações de acordo com a legislação pertinente.

5.4.12. Os proponentes deverão constar em suas propostas as especificações dos itens cotados, com especial atenção para as marcas, bem como, o número do Registro do produto na ANVISA ou sua dispensa (quando for o caso), que deverá estar em conformidade com a amostra.

5.4.13. Quando as amostras não forem disponibilizadas pessoalmente a licitante deverá enviar para os endereços de e-mail: licitacao.chu.ufpa@ebserh.gov.br o código de rastreamento referente ao envio da citada amostra.

5.4.14. O e-mail enviado com o código de rastreamento deverá conter obrigatoriamente as seguintes informações:

- a) Nome da empresa;
- b) CNPJ;
- c) Itens enviados;
- d) Telefone para contato;
- e) Número do Pregão;
- f) Data do envio.

5.4.15. A finalidade da amostra é permitir que a área técnica, no julgamento da proposta, possa se certificar de que o item proposto pelo licitante atende a todas as condições e especificações técnicas indicadas na sua descrição, tal como constante no Edital. Com isso, serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: conformidade com a especificação solicitada, isto é, apresentar as características físicas adequadas; desempenho técnico; atendimento aos requisitos legais, executando suas funções com eficácia e segurança, de acordo com a finalidade atribuída ao produto, oferecendo segurança durante a utilização, tanto para o paciente quanto para os profissionais durante o seu uso.

5.4.16. Serão avaliados os seguintes quesitos:

5.4.16.1. **Dentre as características físicas**, será avaliado a composição/formulação, coloração, dimensão/medidas, graduação, volume, transparência, absorção, conforto, radiopacidade, hidrorrepelência, biocompatibilidade, trama, textura, adesividade, pressão, número de vias, identificação de vias, sistemas de conexões/ajustes e de controle de fluxo, vedação, flexibilidade, janelas. Isenção de agentes tóxicos, resíduos químicos (p. ex. amido), odor, impurezas, desprendimento de fios, abrasividade, corrosão, peças acessórias, dentre outras características do produto. Características da embalagem, ordenação do material dentro da embalagem, rotulagem, métodos de esterilização, transferência asséptica, resistência, durabilidade, integridade, apresentação, quantidade, data de fabricação e validade, lote, dentre outras características do material, quando aplicável.

5.4.16.2. **Dentre as características de desempenho técnico**, será avaliado sua funcionalidade, no que diz respeito a segurança e facilidade no manuseio e higienização; precisão, resistência e legibilidade das escalas graduadas; conexões/ajustes seguro livre de vazamentos; manutenção de fluxo seguro; manutenção das características durante a utilização respeitando o tempo indicado para a utilização, durabilidade; devendo manter as suas características durante o armazenamento e transporte, e enquanto durar o período de validade, dentre outros quando aplicável.

5.4.16.3. **Dentre os requisitos legais**, será avaliado o atendimento a legislação no que se refere a Registro no Ministério da Saúde (RMS), notificação/cadastro no Ministério da Saúde e ou certificação de dispensa de registro, Registro no Ministério do Trabalho (CA), Laudos técnicos, Normas técnicas, certificados de boas práticas. Informações sobre o emprego correto e seguro do produto, suas características e composição, condições de armazenamento, riscos, advertências e precauções, ações imediatas frente a exposição acidental, entre outros, quando aplicáveis. Em relação a esses quesitos, quando necessário, deverão vir informados no rótulo e ou através de documentos enviados pela empresa junto com a amostra do material. Será observado também o atendimento quanto as solicitações de encaminhamento de documentos pela empresa, entre outras informações, quando aplicáveis.

5.4.17. Será verificado, ainda, se o produto ofertado possui algum alerta de restrição ou interdição na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ou mesmo nas filiais Ebsersh onde existe controle de qualidade de materiais.

5.4.18. Dessa forma, o não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação.

5.4.19. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras serão arquivados pela Ebsersh e poderão subsidiar avaliações dos processos licitatórios futuros.

5.4.20. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do produto, estes poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item.

5.4.21. As amostras poderão ser avaliadas por grade.

As amostras, quando solicitadas, serão sem ônus para a administração.

5.4.22. As amostras colocadas à disposição da Ebsersh serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseadas, desmontadas ou instaladas pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectadas a equipamentos e submetidas aos testes necessários.

5.4.23. O prazo para análise das amostras por parte da equipe técnica é de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento do material.

5.4.24. As decisões relativas às amostras apresentadas serão devidamente motivadas, a fim de atender aos princípios do julgamento objetivo e da igualdade entre os licitantes.

5.4.25. A desclassificação do licitante estará amparada em laudo ou parecer que indique, de modo completo, as deficiências na amostra do produto a ser adquirido, quando esta é exigida.

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. A forma de fornecimento será detalhada no Item 8. Modelo de Execução do Objeto.

7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 12 (doze) meses, **podendo ser prorrogado por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso, através de ferramenta de pesquisa dos preços de registrados no âmbito da Administração.

- 7.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 7.3. A prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços poderá renovar os quantitativos a serem adquiridos, desde que haja acordo específico entre as partes.
- 7.4. Inexistindo acordo entre as partes quanto à renovação dos quantitativos, a prorrogação apenas servirá à execução do saldo remanescente.
- 7.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 7.6. O Complexo Hospitalar da UFPA - CHU (UG 155909) emitirá as Notas de Empenho e Ordem de fornecimento, conforme modelo no ANEXO III - *Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens* para formalizar cada contratação decorrente da ARP.
- 8. CONDIÇÕES RELACIONADAS À ENTREGA DO EQUIPAMENTO**
- 8.1. Instalação e montagem para os itens, NÃO SE APLICA.**
- 8.1.1. Quanto à montagem dos equipamentos de logística, é responsabilidade da licitante vencedora e deve ser iniciada em até 05 dias, contados da data da entrega do material, e concluída em até **10 dias**, contados da data de início de montagem.
- 8.1.2. Montagem, instalação completa e validação de funcionamento dos equipamentos, sem ônus adicional para o Complexo Hospitalar Universitário da Universidade Federal do Pará (CHU-UFPA).
- 8.1.3. Realização de testes de desempenho e segurança elétrica, responsabilidade da licitante vencedora;
- 8.1.4. Na instalação dos equipamentos a empresa arrematante deverá realizar os testes de validação e segurança elétrica (nos casos em que o equipamento estiver ligado à rede elétrica), sem ônus adicional para o CHU-UFPA;
- 8.1.5. A empresa deverá entregar um certificado para cada equipamento testado, identificando-o corretamente.
- 8.1.6. No certificado deverá constar:
- I - Metodologia utilizada nos testes de validação e segurança elétrica para cada equipamento;
 - II - Marca modelo e número de série do equipamento testado;
 - III - Marca modelo, número de série e número do certificado de rastreabilidade RBC dos padrões utilizados.
- 8.1.7. A empresa poderá subcontratar o serviço.
- 8.2. Assistência Técnica**
- 8.2.1. Possuir assistência técnica autorizada, preferencialmente local, incluindo o fornecimento de mão-de-obra qualificada, peças de reposição, acessórios e insumos utilizados durante as manutenções corretivas/preditivas/calibrações. Indicar na proposta empresa(s), profissional(is) responsável(is) e respectivo(s) endereço(s), para assistência técnica durante e após a garantia.
- 8.2.2. As peças de reposição e acessórios referentes aos equipamentos ofertados deverão ter produção continuada por no mínimo 10 anos, assim como, disponibilidade para aquisição e fornecimento ao CHU/UFPA.
- 8.2.3. Os equipamentos não devem possuir anúncio de data de fim de vida ("*End-Of-Life*") no momento da emissão da Autorização de Fornecimento.
- 8.3. Garantia**
- 8.3.1. Termos mínimos de garantia, garantia: mínimo de 2 (dois) ANOS;
- 8.3.2. Garantia de acordo com o elencado em cada item das Especificações Técnicas, iniciando após a aceitação técnica, com abrangência completa da solução, incluindo atualizações dos softwares e hardwares que fazem parte deste descritivo técnico, sem ônus para o CHU-UFPA;
- 8.3.3. O deslocamento da equipe de manutenção ou o transporte do equipamento serão por conta do fornecedor;
- 8.3.4. No acionamento da garantia, o tempo de resposta para prestação de atendimento técnico deve ser inferior a 48 horas úteis após a abertura do chamado;
- 8.3.5. Os procedimentos de manutenção do equipamento, durante o período de garantia, serão executados exclusivamente pela equipe técnica do fabricante;
- 8.3.6. O fornecedor deve ser responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios, obrigando-se a ressarcir os danos e substituir os elementos viciados ou defeituosos, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 8.3.7. No período de garantia é admitida a troca de equipamentos defeituosos por outro igual ou de tecnologia superior, desde que aprovado pela CONTRATANTE um Plano de Atualização Tecnológica, apresentado pela CONTRATADA;
- 8.3.8. Quaisquer peças, componentes ou outros materiais que apresentarem defeitos de fabricação deverão ser substituídos por originais, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 8.3.9. Os Atendimentos Técnicos deverão ser realizados durante o Horário de Assistência Técnica. Poderão ser executados em outros dias e horários, dependendo de prévio acordo entre a Contratante e Contratada;
- 8.3.10. O(s) equipamento(s) só será(ão) dado(s) como aceito(s) tecnicamente mediante o atendimento completo desta descrição técnica e funcionamento no local para onde está sendo adquirido, com aprovação do Setor de Engenharia Clínica do CHU-UFPA;
- 8.3.11. Para os itens que possuam prazo de garantia igual ou superior a 12 meses, a assistência técnica prestada durante o período de garantia também deverá se responsabilizar e contemplar serviços de manutenção preventivas seguindo a recomendação de periodicidade do fabricante, incluindo peças e materiais necessários, sendo exigido que seja pelo menos anualmente;
- 8.3.12. Caso não seja possível a entrega dos bens no prazo exigido, a empresa vencedora deverá fornecer entregar bens similares, por empréstimo, até que os itens sejam entregues;
- 8.3.13. Em não cumprimento dessa garantia, o contratante iniciará os processos pertinentes;
- 8.4. Itens gerais**
- 8.4.1. O licitante arrematante deverá fornecer todos os cabos, adaptadores, conexões, acessórios, ou quaisquer outros componentes indispensáveis ao funcionamento solicitado.
- 8.4.2. Entregar, juntamente com os equipamentos, o manual de operação originais e atualizados, no idioma português.
- 8.4.3. Entregar, juntamente com os equipamentos, o manual de manutenção (serviço) com relação de peças e códigos, completo, original e atualizado, preferencialmente no idioma português.
- 8.4.4. Fornecer catálogo ilustrativo original do material ofertado, comprobatório da descrição técnica apresentada na sua proposta.
- 8.4.5. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias dos equipamentos ofertados, em português.
- 8.4.6. O(s) item(ns) não informado(s) poderá(ão) ser considerado(s) como não atendido(s).
- 8.4.7. O pagamento e garantia iniciarão somente após a realização dos treinamentos, datados em formulário específico, como nome do instrutor e participantes, bem como assinatura do termo de instalação, assinado pela contratada e contratante.
- 9. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**
- 9.1. O Complexo Hospitalar da UFPA - CHU (UG 155909) emitirá as Notas de Empenho e Ordem de fornecimento, conforme modelo no ANEXO III - *Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens* para formalizar cada contratação decorrente do pregão homologado.
- 10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 10.1. Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento;**
- 10.1.1. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente de forma descentralizada, que serão encaminhadas ao fornecedor juntamente com uma Ordem de Fornecimento, nos termos do Anexo III - *Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens*;

- 10.2. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para o Gestor por e-mail, contendo:
- Número do Documento Fiscal;
 - Data de emissão do Documento Fiscal;
 - Data prevista para entrega.
- 10.3. **Prazo e local de entrega:**
- 10.4. Os produtos deverão ser entregues no(s) local(is) abaixo indicado(s), com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa vencedora:
- 10.5. A entrega do (s) material (is) deverá ser efetuada nos Almoarifados em até **30 (vinte) dias corridos**, a partir do recebimento da Nota de Empenho e conforme Unidade Gestora (UG), na Unidade de Almoarifado do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO no horário das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 15:30 horas, nos dias úteis, conforme especificado abaixo:
- Para O **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO (HUIBB)**: deverá ser entregue no seguinte endereço: Rua dos Mundurucus, 4487 – GUAMÁ – BELÉM – PARÁ - CEP 66073 – 005. Na Unidade de Almoarifado CENTRAL do HUIBB no horário das 08:00 às 12:00 das 13:00 às 15:30 horas, nos dias úteis. Contato: 91 3201-6608.
- 10.6. A entrega dos materiais deverá ser efetuada de acordo com o Contrato, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal.
- 10.7. A entrega dos materiais **deverá ser efetuada em até 30 (vinte) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e a Nota de Empenho, pelo CONTRATADO.
- 10.8. Não serão pagos os materiais entregues em locais diferentes do mencionado no item 8.5. ou a pessoas não autorizadas.
- 10.9. Os materiais deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações exigidas neste termo de referência e com as quantidades empenhadas, os quais serão recebidos e conferidos por servidor responsável;
- 10.10. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a CONTRATADA fica obrigada a substituir, *à sua expensa*, o produto defeituoso, no prazo máximo de dez **(10) dias úteis**, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.
- 10.11. O(s) material(is) deverá(ão) ser fornecidos em embalagem(ns) com apresentação em conformidade com os requisitos estabelecidos pela RDC Nº 59/2000 - ANVISA, assim como os rótulos e/ou etiquetas de identificação nos termos do Art. 31, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990), onde devem constar de forma clara, precisa e em língua portuguesa as seguintes informações: identificação do produto, lote, data de fabricação, prazo de validade, número do registro no órgão competente, nome do responsável técnico e as instruções para armazenamento, manuseio e processamento. Os produtos dispensados de registro deverão constar na embalagem a informação: "ISENTO DE REGISTRO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE".
- 10.12. Caso a contratada se recuse a proceder a substituição do material nos termos deste edital, o Complexo Hospitalar da UFPA se resguarda o direito de aplicar as sanções previstas no presente Termo de Referência.
- 10.13. **Condições de entrega:**
- 10.13.1. As licitantes vencedoras deverão entregar os bens no prazo máximo de 30 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho. Tal prazo deve ser estritamente observado na medida em que demandas deverão ser atendidas no menor tempo.
- 10.13.2. O itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade e a quantidade correspondente a cada lote.
- 10.13.3. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, umidade, inadequação em relação ao conteúdo.
- 10.13.4. Os materiais que se deteriorarem ou perderem suas características durante a validade ou vida útil, desde que em condições normais de estocagem, uso e/ou manuseio, deverão ser trocados no prazo determinado pelas unidades hospitalares contados da comunicação formal do almoarifado.
- 10.13.5. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- 10.13.6. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender às especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) ;
- 10.13.7. Deverá constar na embalagem do material: nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade.
- 10.13.8. Os materiais adquiridos pela Contratante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da unidade requisitante, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhamentos sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.
- 10.13.9. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.
- 10.13.10. A fim de comprovar a qualidade do produto contratado, caso haja queixa técnica ou suspeita de irregularidade da Contratada, a Contratante poderá solicitar, a qualquer momento, amostras para análise.
- 10.13.11. Os materiais recebido estarão sujeitas a análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Ebserh em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.
- 10.13.12. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) emitir notas fiscais de venda.
- 10.14. **Recebimento provisório:**
- I - provisoriamente, pelo fiscal técnico do contrato, para verificação da conformidade com as exigências contratuais;*
- 10.14.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, com base no termo constante no ANEXO IV - Termo de Recebimento Provisório, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo, mediante ateste da área técnica e demandante do material.
- 10.14.2. Durante o recebimento provisório, o órgão poderá exigir a substituição de qualquer do(s) materiais(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações deste Termo de Referência.
- 10.14.1. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 10.14.2. Os materiais entregues e recebidos ficarão sujeitos a reparação ou substituição, pelo fornecedor, desde que comprovada a existência de defeito, cuja verificação só se tenha tornado possível no decorrer de sua utilização.
- 10.14.3. Os materiais que durante a sua validade ou vida útil, e em condições normais de estocagem, uso ou manuseio, perderem suas características ou deteriorarem-se, deverão ser trocados, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da comunicação formal.
- 10.14.4. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo máximo de **(10) dias úteis**, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.
- 10.15. **Recebimento definitivo:**
- II - definitivamente, pelo gestor do contrato, após validação dos demais integrantes da EFC, quando verificado o atendimento das exigências contratuais.*
- 10.15.1. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 10.15.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 10.15.3. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pelo gestor do contrato e a área demandante dos materiais, conforme termo constante no ANEXO V - Termo de Recebimento Definitivo.
- 10.15.4. O gestor/fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

10.15.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

10.16. Em caso de conformidade, o Gestor/fiscal designado atestará a efetivação da entrega dos materiais na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente da instituição, para fins de pagamento.

10.17. Os materiais deverão ser entregues com **prazo de validade mínima de 12 (doze) meses** contados do seu recebimento definitivo pelo Almoxarifado Central, salvo àqueles com validade comprovadamente inferior ao prazo indicado.

10.18. Nos preços cotados dos materiais deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes a qualificação técnica e proposta.

10.19. Toda empresa, quando da entrega dos materiais, deve obrigatoriamente informar na Nota Fiscal o número da Autorização de Ordem de Fornecimento/Empenho, do processo de origem, do pregão, prazo de validade/garantia dos materiais e número do lote de fabricação.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes do pregão eletrônico consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

11.2. As atribuições do Gestor e fiscalização estão dispostas na **MINUTA - FISCALIZAÇÃO**

11.3. Ficarão responsáveis pelo acompanhamento, gestão e fiscalização os servidores abaixo relacionados:

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.4. Para os insumos - **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO (HUIBB)**:

Para o **HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JOÃO DE BARROS BARRETO (HUIBB)**:

I - **Titular: Danilo Thiago Pantoja Dos Reis** – Assistente Administrativo - vínculo: EBSEERH – matrícula SIAPE nº 304****, lotação: Unidade de Almoxarifado, Telefones: (91) 99629-0765, e-mail institucional: danillo.reis@ebserh.gov.br;

II - **Suplente: Mauro Da Silva Pinheiro** - Assistente Administrativo, vínculo EBSEERH - matrícula SIAPE nº 315***, Lotação: Unidade de Almoxarifado, Telefones: (91) (91) 3201-6608, e-mail institucional: mauro.pinheiro@ebserh.gov.br

11.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução da Ata/Ordem de Fornecimento/Contrato/Instrumento Equivalente consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais na forma do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh;

11.6. O gestor deverá receber, conferir e atestar as faturas/notas de fornecimento em conjunto com a área técnica/demandante dos materiais no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.7. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, pelo(a) responsável pela Gestão, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, com base no termo constante no Anexo V - Termo de Recebimento Provisório.

11.8. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após análise da área técnica/demandante a fim de verificar a qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

11.9. Será realizado pelo gestor e a área técnica/demandante dos materiais o ateste definitivo, conforme termo constante no Anexo VI - Termo de Recebimento Definitivo de forma a assegurar a conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.10. O gestor deverá comunicar à Unidade de Patrimônio quanto ao recebimento dos aparelhos em comodato, se for o caso;

11.11. O gestor deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura de Serviços devidamente atestada pela área demandante do material, ao Setor Financeiro, em até **05 (cinco) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, para que seja efetuado o pagamento. O atesto da NF/fatura somente deverá ser realizado após a conferência da regularidade dos serviços e/ou entrega do(s) material(is).

11.12. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

11.13. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

11.14. A fiscalização será de competência e responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, a quem caberá verificar se no seu desenvolvimento está sendo plenamente cumprido, dentro das especificações e demais registros, bem como autorizar o pagamento das faturas, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para sua fiel execução.

11.15. A fiscalização efetivar-se-á por representantes da Administração, previamente designados, que poderão ser assessorados por profissionais ou empresas especializadas e expressamente autorizadas para tal fim.

11.16. A fiscalização, que atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo dos produtos, será exercida no interesse exclusivo da CONTRATANTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades.

11.17. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0.

11.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os materiais efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia útil após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.

12.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.

12.4.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- f) Certidão Negativa de Inidôneas – TCU.

12.4.2. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.

12.4.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.4.4. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.4.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

12.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.7. A Eberh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6 / 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

12.9. **Índice de Medição de Resultados - IMR**

12.9.1. Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Tabela 1 - Índice de Medição de Resultados - IMR

Indicador nº 1 - Entrega tempestiva dos insumos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos insumos no prazo pactuado
Meta a cumprir	A entrega dos materiais deverá ser efetuada em até 30 (vinte) dias corridos , contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e a Nota de Empenho pelo CONTRATADO
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos insumos na Contratante
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega dos insumos) - (Data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos insumos realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022 = 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da Contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Início da vigência	Assinatura da Ata de Registro de Preços / Contrato / Recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos insumos: 100% do valor contratado b) Atraso de até 5 dias: 99% do valor contratado c) Atraso entre 5 e 10 dias: 97% do valor contratado d) Atraso acima de 10 dias: 95% do valor contratado
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	Caso a Ordem de Fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela EFC não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.

13. **FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

13.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Eberh](#) - RLCE 2.0.

13.2. Os itens objeto do presente processo caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

14. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

14.1. **Critério de julgamento:**

- 14.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0.
- 14.2. **Modo de disputa:**
- 14.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto.
- 14.3. **Intervalo entre lances:**
- 14.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **1% (um por cento)**.
- 14.4. **Condições de participação:**
- 14.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:
- a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;
 - b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
 - c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";
 - d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
 - e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:
 Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:
 (...) VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.
- 14.5. **Condições de habilitação:**
- 14.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital, tais como:
- 14.5.2. **Habilitação jurídica:**
- 14.5.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.5.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 14.5.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.5.2.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 14.5.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 14.5.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;
- 14.5.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 14.5.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.
- 14.5.3. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 14.5.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 14.5.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.5.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 14.5.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 14.5.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 14.5.4. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 14.5.4.1. De acordo com o previsto no Edital.
15. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**
- 15.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2.007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2.006.
- 15.2. Em respeito à referida Lei, foi adotada a priorização à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), tendo sido destacados itens de participação exclusiva de ME/EPP, aqueles com valor estimado inferior a R\$ 80.000,00.
- 15.3. De acordo com o valor total estimado em cada um dos itens, esta licitação iniciará com **participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte ME/EPP**, entretanto, se não houver acordo, o processo seguirá para **Ampla participação** de empresas, sendo os itens 39 a 76 equivalentes aos itens 1 a 38, como exemplificado no **ANEXO II**

TABELA 1 - ORDEM DE ABERTURA DOS ITENS

TIPO DO ITEM	ORDEM DE ABERTURA
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP	1º
PARTICIPAÇÃO AMPLA	2º

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**
- 16.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, "O valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa".
17. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 17.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 17.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.
- 17.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 17.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

- 17.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 17.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.
- 17.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.
- 17.8. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
18. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 18.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 18.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade, número do empenho/ordem de fornecimento.
- 18.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1.990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 18.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 18.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 18.7. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.
- 18.8. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.
- 18.9. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
19. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 19.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo; e
 - cometer fraude fiscal.
- 19.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh](#) - RLCE 2.0:
- 19.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebsersh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 19.2.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- 19.2.1.2. Multa:
- moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
 - compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.
- 19.2.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebsersh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
- tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebsersh em virtude de atos ilícitos praticados;
 - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - não mantiver a proposta;
 - falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 19.2.2. As sanções previstas nos subitens 18.2.1.1. e 18.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.
- 19.2.3. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.
- 19.2.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 19.2.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.2.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
20. **GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**
- 20.1. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
21. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**
- 21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.
22. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 22.1. O material a ser fornecido pela empresa deverá atender os critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos na Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, bem como o que consta [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh](#).
- 22.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

- 22.2.1. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 22.2.2. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 22.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.
- 22.4. Atendimento às normas da ABNT nos seguintes casos: de materiais utilizados, com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança; de descarte e destinação de resíduos sólidos.
- 22.5. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- 22.6. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:
- Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebsersh:
- (...)II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- 22.7. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:
- Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:
- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebsersh;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.
- Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.
- 22.8. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebsersh](#) - RLCE 2.0:
- Art. 202. As unidades da Ebsersh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:
- I - adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- II - adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- III - coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- IV - implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- V - elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;
- VI - relatar à Administração Central da Ebsersh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.
- 22.9. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:
- Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
- I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- e IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
- 22.10. Vejam-se, ainda, as previsões do [Decreto nº 7.746/2012](#):
- Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.
- Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.
- (...)
- Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
- I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
- Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade."
- (...)
- Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.
- 22.11. O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destinação dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.

- 23.1. Durante a vigência do contrato, decorrentes da licitação, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos art. 25 a 28 do [Decreto 11.462, de 31 de março de 2023](#), cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), caso necessário.
- 23.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.
- 23.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 23.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 23.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo (no caso de contrato). O reajuste será realizado por apostilamento.
24. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 24.1. As despesas decorrentes desta contratação observarão a dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral da União para o ano de exercício de sua execução.
25. **SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**
- 25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
26. **CONSÓRCIOS**
- 26.1. Não será admitida a contratação de consórcios para o objeto licitatório em face de o objeto a ser licitado caracterizar-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.
27. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
28. **MATRIZ DE RISCOS**
- 28.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.
29. **ANEXOS**
- 29.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:
- 29.1.1. ANEXO I - Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- 29.1.2. ANEXO II - Detalhamento dos Itens.
- 29.1.3. ANEXO III - *Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens*.
- 29.1.4. ANEXO IV - Termo de Recebimento Provisório.
- 29.1.5. ANEXO V - Termo de Recebimento Definitivo.
- 29.1.6. ANEXO VI - Parecer técnico de avaliação de amostra de material.
- 29.1.7. ANEXO VII - **TERMO DE GARANTIA**.

Equipe de Planejamento da Contratação

<i>(assinado eletronicamente)</i> David dos Santos Bermeu Téc. Farmácia Coordenador EPC	<i>(assinado eletronicamente)</i> Loiani do Socorro Palheta de Miranda Enfermeira Membro da Equipe de Planejamento	<i>(assinado eletronicamente)</i> Giseanny Valéria Nascimento da Costa Oliveirara Assistente administrativo Membro da Equipe de Planejamento
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Designação da Equipe: Portaria - SEI 366 (51227525).

1. De acordo.

(assinado eletronicamente)
Johnny da Silveira Ferreira
 Chefe do Setor de Suprimentos, substituto.



2. Encaminhe-se à Gerência Administrativa e Superintendência para apreciação.

Diante da necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e da manifestação da área técnica, a aquisição pretendida revela-se essencial e relevante para o COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

APROVAMOS o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

Fica INSTAURADO o presente processo licitatório.

Encaminhe-se ao Setor de Administração para continuidade aos demais trâmites.

Aprovamos este Termo de Referência e autorizamos a aquisição dos produtos especificados.

Belém, 17 de Julho de 2025.

(assinado digitalmente)
Daniel Paulo Junior Serique
Gerente Administrativo

(assinado digitalmente)
Regina Fátima Feio Barroso
Superintendente do Complexo Hospitalar da UFPA

ANEXO I

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.

O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.

É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.

Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.

Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.

O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.

A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:

- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.

A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.

A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.

A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.

A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:

- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.

A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.

Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.

Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

ANEXO II**DETALHAMENTO DOS ITENS**

Detalhamento dos materiais de acordo com a planilha abaixo:

- DFD I - (51061568)

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO
1	604156	AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO: ASPIRATIVA P, ECO ENDOSCOPIA, DIMENSÃO: 22G, TIPO PONTA: PONTA ESTILETE 2MM, COMPONENTE: BAINHA 5,2 FR C, MANOPLA E TRA COMPONENTE I: AVANÇO ATÉ 8CM, COMPONENTE II: SERINGA, TORNEIRA 1 VIA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: P, CANAL MÍN. DE 2,0MM, CONECTOR: CONECTOR LUER LOCK ÚNICO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
2	603005	AGULHA PARA ESCLEROSE PARA VARIZES 22G/230CM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MONTADA EM CATETER DE TEFLON. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANAL DE FIO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
3	428301	BALÃO DILATAÇÃO, APLICAÇÃO: P, ESTENOSES DO ESÓFAGO, PILORO E COLÓN, MATERIAL: POLÍMERO, DIMENSÃO BALÃO: 18 X 55 MM, COMPRIMENTO DO CATETER: CEF ADICIONAIS: P, CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8MM, COMPATÍVEL: COMPATÍVEL C, FIO GUIA 0,035", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO EXCLUSIVO PARA ME/MPP
4	428363	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE, DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 35 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN FIO GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAG DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
5	428362	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 30 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN FIO GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAG DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
6	428330	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 40 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN FIO GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAG DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
7	428327	BALÃO PARA DILATAÇÃO ESOFÁGICA, TIPO HIDROSTÁTICO. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): 10 - 11 - 12 MM X 80 MM; COM NO MÍNIMO 180 CM. PERMITE ATINGI DISTINTOS DURANTE A DILATAÇÃO DE ACORDO COM A PRESSÃO APLICADA. COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO) FIXO E INCLUIDO NO CATETER TRABALHO DE 2,8 MM. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, RESISTENTE COM ABERTURA ASSÉPTICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE DE POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
8	428883	BALÃO PARA EXTRAÇÃO DE CÁLCULOS DAS VIAS BILIARES, TRIPLO LÚMEN. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): 8.5 - 11.5 - 15 MM (INFLADO) X 195 CM; PARA CANAL DE COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO) COM CAPACIDADE PARA INJETAR CONTRASTE DISTAL; MARCAÇÃO RADIOOPACA. ACOMPANHA 3 SERINGAS DE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA EXCLUSIVO PARA ME/MPP
9	445450	CLIPADOR COM CLIP PARA HEMOSTASIA ENDOSCÓPICA, DESCARTÁVEL; PARA USO EM COLONOSCOPIA. FECHAMENTO COM POSSIBILIDADE DE ABRIR E FECHAR, APROXIMAD COM CAPACIDADE DE ROTAÇÃO AUXILIANDO NO REPOSICIONAMENTO. PODE SER UTILIZADO EM AMBIENTES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. PARA COMPRIMENTO D APROXIMADAMENTE 230 CM, CANAL MÍNIMO DE TRABALHO 2,8 MM E ABERTURA DE CLIP APROXIMADAMENTE 10 MM. MATERIAL DE USO ÚNICO. EMBALAGEM DEVE ABR IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
10	452250	FIO GUIA BILIAR 0035 P.RETA HIDROFILICO. FIO GUIA, APLICAÇÃO: NÃO VASCULAR, MATERIAL: NITINOL, REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO, DIÂMETRO: 0,035", COMPRIMENTO: CE PONTA: PONTA RETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOOPACO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL EXCLUSIVO PARA ME/MPP

11	458243	KIT LIGADURAS DE VÁRIZES COM 6 A 12 BANDAS. KIT DE LIGADURAS DE VARIZES ESOFÁGICAS , COM SEIA A DOZE BANDAS CADA, COMPATÍVEL COM GASTROSCÓPIO COM I 11,5MM, DESCARTÁVEIS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
12	603877	PAPILÓTOMO TRIPLO LUMEN, DESCARTÁVEL, EM TEFLON, NARIZ CURTO, COM FIO CORTE MONOFIL. 30 MM, EXT. 7 FR, DISTAL 5,5 FR, 200 CMMARCAÇÕES RADIOPACAS DIS PONTOS, COMPATIVEL C/ GUIA 0,035". EXCLUSIVO PARA ME/MPP
13	603893	PAPILÓTOMO, TIPO DUPLO LÚMEN, PONTA STANDART, 5 A 7 FR, 200 CM, COM MANOPLA ACOPLADA, FIO GUIA 0,035 POLEGADAS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CON IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
14	603884	PAPILÓTOMO, TIPO: DUPLO LÚMEN, MODELO: CORPO EM TEFLON, TIPO PRÉ-CORTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CATETER 7FR, 200CM, FIO CORTE 15MM, COMPATIBILID/ BIÓPSIA 2,8MM, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
15	465202	PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MODELO BIÓPSIA, COMPRIMENTO 230 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ CANAL DE 2,8MM DIÂMETRO, APLICAÇÃO COLOM FENESTRADA, ESTERILIDADE AUTOCLAVÁVEL - EXCLUSIVO PARA ME/MPP
16	465278	PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA REDONDA, TIPO FIO FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA CERCA DE 10 MM, DIMENSÃO P/ C MM X 230 CM, HASTE HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2 MANOPLA, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO EXCLUSIVO PARA ME/MPP
17	465289	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, TIPO ALÇA POLIPECTOMIA, PONTA HEXAGONAL, MATERIAL FIO AÇO INOXIDÁVEL, MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO DA PONTA: 10 A 14 MM, DIMEN: 2,8 MM X 230 CM, HASTE ISOLADA, COM MANOPLA COM CONEXÃO PARA BISTURI ELÉTRICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICA LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
18	440118	SONDA PARA GASTROSTOMIA TIPO BUTTON (AO NÍVEL DA PELE) 20 FR, MATERIAL SILICONE GRAU MÉDICO, COM BALÃO DE 3 A 5 ML, LINHA RADIOPACA, KIT VÁLVULA PARA BALÃO E DISPOSITIVO ANTIRREFLUXO. SISTEMA DE TRAVAS PARA CONEXÃO DE SONDAS EXTENSORES PARA ALIMENTAÇÃO. COMPRIMENTO DE ATÉ 2,5 CM ENTRE A PELE E E: DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, DADOS FABRICAÇÃO E REGISTRO NA ANVISA/MS. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
19	440124	SONDA PARA GASTROSTOMIA TIPO BUTTON (AO NÍVEL DA PELE) 22 FR. EM SILICONE COM BALÃO DE 3 A 5 CC E KIT VÁLVULA PARA ENCHIMENTO DO BALÃO E DISPOSITIVO SISTEMA DE TRAVAS PARA CONEXÃO DE SONDAS EXTENSORES PARA ALIMENTAÇÃO. COMPRIMENTO ENTRE A PELE E ESTÓMAGO DEVE SER DE ATÉ 2.5 CM EXCLUSIVO PARA ME/MPP
20	440104	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 22 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: E: EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
21	200605	TINTA NANQUIM (CORANTE ENDOSCOPIA); 100 MG/ML (10%); SOLUÇÃO INJETÁVEL. CORANTE DE CONTRASTE, UTILIZADO PARA MELHORAR A VISUALIZAÇÃO DE CÉLULAS EM EXAMES, COMO BACTERIOSCOPIA, ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA. DEVE SER BIOCOMPATÍVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABR LOTE. DEVE APRESENTAR RMS. APRESENTAÇÃO: AMPOLA COM CERCA DE 6 ML. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
22	456363	CORANTE, TIPO INDIGO CARMIM, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO SOLUÇÃO A 0,5% FRASCO 6 ML EXCLUSIVO PARA ME/MPP
23	331361	CORANTE, TIPO AZUL DE METILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CI 52015 FRASCO 25G EXCLUSIVO PARA ME/MPP
24	440131	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 15 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: E: EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
25	440132	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 18 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: E: EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL EXCLUSIVO PARA ME/MPP

26	440136	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 20 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIÓSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
27	440133	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 24 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIÓSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
28	465127	PINÇA DE BIÓPSIA AUTOCLAVÁVEL PARA VIDEOGASTROSCÓPIO, SEM ESPÍCULA, 160 CM DE COMPRIMENTO E 1,8 MM DE DIÂMETRO. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
29	465241	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, tipo RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, ponta DENTE DE RATO, material FIO AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÃO: diâmetro 1,8mm X 160 cm de comprime haste sem isolamento, Compatível com equipamento pediátrico especificado em edital. AUTOCLAVÁVEL. Embalagem individual com dados de identificação do produto, lote, Possuir registro na Anvisa/MS. Apresentação: UNIDADE EXCLUSIVO PARA ME/MPP
30	465282	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, tipo JACARÉ, em METAL. Para retirada de corpo estranho por endoscopia digestiva. DIÂMETRO de aproximadamente 1,8 mm e COMPRIMENTO Compatível com equipamento pediátrico especificado em edital. AUTOCLAVÁVEL. Embalagem individual com dados de identificação do produto, lote, validade, fabricante. Anvisa/MS. Apresentação: UNIDADE EXCLUSIVO PARA ME/MPP
31	465290	ALÇA, TIPO POLIPECTOMIA, CALIBRE 1,8 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ASSIMÉTRICA, TIPO USO PEDIÁTRICO, COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 160 CM, ACESSÓI DE ABERTURA, C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO. ESTÉRIL E DESCARTÁVEL EXCLUSIVO PARA ME/MPP
32	602998	AGULHA ESCLEROTERAPIA VIA ENDOSCÓPICA, MATERIAL AGULHA AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÃO AGULHA CERCA DE 21 G X 5 MM, COMPATIBILIDADE P/ CANAL CERCA DE 2 MATERIAL CATETER CATETER EM PTFE, PEÇA DE MÃO MANOPLA, C/ INJETOR ÚNICO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO EXCLUSIVO PARA ME/MPP
33	475105	BOCAL DESCARTÁVEL, APLICAÇÃO ENDOSCOPIA, MATERIAL EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INFANTIL, EMBALAGEM EMBALAGEM EXCLUSIVO PARA ME/MPP
34	604174	EMPURRADOR DE NÓ ENDO LOOP (ENDOLOOP), PARA USO EM APARELHO ENDOSCÓPICO, CANAL 2,8MM, 240CM DE EXTENÇÃO. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
35	460684	INSUFLADOR USO MÉDICO, TIPO MANUAL, INDICAÇÃO PARA BALÃO ENDOSCÓPICO, CONTROLECOM MANÔMETRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR COMPATÍ EXCLUSIVO PARA ME/MPP
36	620712	FRASCO COLETOR, TIPO P/ PÓLIPO, MATERIAL PLÁSTICO, COMPONENTES SISTEMA FECHADO, GRADUAÇÃO C/ COMPARTIMENTOS P/ ATÉ 4 AMOSTRAS, ADICIONAL USO ENDOSCÓPICA, ESTERILIDADE USO ÚNICO EXCLUSIVO PARA ME/MPP
37	472293	CESTA/REDE PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO TIPO ROTH NET, PARA USO EM CANAL DE 2 MM. ESTERIL, DESCARTAVEL. EXCLUSIVO PARA ME/MPP
38	472293	CESTA/REDE PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO TIPO ROTH NET, PARA USO EM CANAL DE 2,8MM, CERCA DE 240CM, ESTERIL, DESCARTAVEL. EXCLUSIVO PARA ME/MPP

Para os itens 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38 a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, agricultor familiar, produtor rural pessoa física e MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

Com base no princípio da eficiência, foram criados os itens de participação ampla 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 46; 47; 48; 49; 50; 51; 52; 53; 54; 55; 56; 57; 58; 59; 60; 61; 62; 63; 64; 65; 66; 67; 68; 69; 70; 71; 72; 73; 74; 75 e 76 equivalentes aos itens de participação exclusiva para ME/EPP 1; 2; 3; 4; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22; 23; 24; 25; 26; 27; 28; 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38 os quais serão abertos no certame licitatório para disputa, mas somente avançarão para as fases de aceitação e negociação caso haja frustração dos itens de participação

ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 01

39	604156	AGULHA DE BIÓPSIA, APLICAÇÃO: ASPIRATIVA P, ECO ENDOSCOPIA, DIMENSÃO: 22G, TIPO PONTA: PONTA ESTILETE 2MM, COMPONENTE: BAINHA 5,2 FR C, MANOPLA E TRA COMPONENTE I: AVANÇO ATÉ 8CM, COMPONENTE II: SERINGA, TORNEIRA 1 VIA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL: P, CANAL MÍN. DE 2,0MM, CONECTOR: CONECTOR LUER LOCK, T ESTERILIDADE: ESTÉRIL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 01
40	603005	AGULHA PARA ESCLEROSE PARA VARIZES 22G/230CM, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MONTADA EM CATETER DE TEFLON. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PARA CANAL DE BIÓPSIA : ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 02

41	428301	BALÃO DILATAÇÃO, APLICAÇÃO: P. ESTENOSES DO ESÔFAGO, PILORO E COLÓN, MATERIAL: POLÍMERO, DIMENSÃO BALÃO: 18 X 55 MM, COMPRIMENTO DO CATETER: CERCA DE 2 CANAL ENDOSCÓPICO DE 2,8MM, COMPATÍVEL: COMPATÍVEL C, FIO GUIA 0,035", ESTERILIDADE: ESTÉRIL, USO ÚNICO ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 03
42	428363	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE, DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 35 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN, C GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAGEM INI DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 04
43	428362	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 30 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN, C GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAGEM INI DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 05
44	428330	BALÃO PARA DILATAÇÃO DE ACALÁSIA, EM PLÁSTICO RESISTENTE. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): DE 40 MM X 80 MM; COM 200 CM NO MÍNIMO, DUPLO LÚMEN, C GUIA METÁLICO DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO); COM MARCAÇÕES RADIOPACAS INTERNAS PARA AUXILIAR NO POSICIONAMENTO. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAGEM INI DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 06
45	428327	BALÃO PARA DILATAÇÃO ESOFÁGICA, TIPO HIDROSTÁTICO. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): 10 - 11 - 12 MM X 80 MM; COM NO MÍNIMO 180 CM. PERMITE ATINGIR DISTINTOS DURANTE A DILATAÇÃO DE ACORDO COM A PRESSÃO APLICADA. COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO) FIXO E INCLUIDO NO CATETER. PARA DE 2,8 MM. ESTÉRIL, DE USO ÚNICO. EMBALAGEM INDIVIDUAL, RESISTENTE COM ABERTURA ASSÉPTICA, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE DE FÁCIL VISU REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 07
46	428883	BALÃO PARA EXTRAÇÃO DE CÁLCULOS DAS VIAS BILIARES, TRIPLO LÚMEN. DIMENSÃO (DIÂMETRO X COMPRIMENTO): 8.5 - 11.5 - 15 MM (INFLADO) X 195 CM; PARA CANAL DE COMPATÍVEL COM FIO GUIA DE 0,035 POLEGADAS (DIÂMETRO) COM CAPACIDADE PARA INJETAR CONTRASTE DISTAL; MARCAÇÃO RADIOPACA. ACOMPANHA 3 SERINGAS DE ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA, ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 08
47	445450	CLIPADOR COM CLIP PARA HEMOSTASIA ENDOSCÓPICA, DESCARTÁVEL; PARA USO EM COLONOSCOPIA. FECHAMENTO COM POSSIBILIDADE DE ABRIR E FECHAR, APROXIMADAM CAPACIDADE DE ROTAÇÃO AUXILIANDO NO REPOSICIONAMENTO. PODE SER UTILIZADO EM AMBIENTES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA. PARA COMPRIMENTO DE TRABALHO API CM, CANAL MÍNIMO DE TRABALHO 2,8 MM E ABERTURA DE CLIP APROXIMADAMENTE 10 MM. MATERIAL DE USO ÚNICO. EMBALAGEM DEVE APRESENTAR DADOS DE IDENTIFI LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E REGISTRO ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 09
48	452250	FIO GUIA BILIAR 0035 P.RETA HIDROFILICO. FIO GUIA, APLICAÇÃO: NÃO VASCULAR, MATERIAL: NITINOL, REVESTIMENTO: HIDROFÍLICO, DIÂMETRO: 0,035", COMPRIMENTO: CEI PONTA: PONTA RETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RADIOPACO, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 10
49	458243	KIT LIGADURAS DE VÁRIZES COM 6 A 12 BANDAS. KIT DE LIGADURAS DE VARIZES ESOFÁGICAS , COM SEIA A DOZE BANDAS CAÇA, COMPATÍVEL COM GASTROSCÓPIO COM DIÂMI DESCARTÁVEIS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 11
50	603877	PAPILÓTOMO TRIPLO LUMEN, DESCARTÁVEL, EM TEFLON, NARIZ CURTO, COM FIO CORTE MONOFIL. 30 MM, EXT. 7 FR, DISTAL 5,5 FR, 200 CMMARCAÇÕES RADIOPACAS DISTAIS, COMPATIVEL C/ GUIA 0,035". ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 12
51	603893	PAPILÓTOMO, TIPO DUPLO LÚMEN, PONTA STANDART, 5 A 7 FR, 200 CM, COM MANOPLA ACOPLADA, FIO GUIA 0,035 POLEGADAS, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL CONT IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO E REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 13
52	603884	PAPILÓTOMO, TIPO: DUPLO LÚMEN, MODELO: CORPO EM TEFLON, TIPO PRÉ-CORTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CATETER 7FR, 200CM, FIO CORTE 15MM, COMPATIBILIDA BIÓPSIA 2,8MM, TIPO EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERILIDADE: ESTÉRIL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 14
53	465202	PINÇA CIRÚRGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, MODELO BIÓPSIA, COMPRIMENTO 230 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS P/ CANAL DE 2,8MM DIÂMETRO, APLICAÇÃO COLON FENESTRADA, ESTERILIDADE AUTOCLAVÁVEL - ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 15
54	465278	PINÇA P/ ENDOSCÓPIO, TIPO ALÇA POLIPECTOMIA, TIPO PONTA REDONDA, TIPO FIO FIO AÇO INOXIDÁVEL, TRANÇADO, DIÂMETRO PONTA CERCA DE 10 MM, DIMENSÃO P/ CAN/ 230 CM, HASTE HASTE ISOLADA, COMPONENTE 2 MANOPLA, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 16
55	465289	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, TIPO ALÇA POLIPECTOMIA, PONTA HEXAGONAL, MATERIAL FIO AÇO INOXIDÁVEL, MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO DA PONTA: 10 A 14 MM, DIMENSÃO MM X 230 CM, HASTE ISOLADA, COM MANOPLA COM CONEXÃO PARA BISTURI ELÉTRICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO I VALIDADE, FABRICANTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 17
56	440118	SONDA PARA GASTROSTOMIA TIPO BUTTON (AO NÍVEL DA PELE) 20 FR, MATERIAL SILICONE GRAU MÉDICO, COM BALÃO DE 3 A 5 ML, LINHA RADIOPACA, KIT VÁLVULA PARA ENC DISPOSITIVO ANTIRREFLUXO. SISTEMA DE TRAVAS PARA CONEXÃO DE SONDAS EXTENSORES PARA ALIMENTAÇÃO. COMPRIMENTO DE ATÉ 2,5 CM ENTRE A PELE E ESTÔMAGO. E EMBALAGEM INDIVIDUAL EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE, VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, FAB NA ANVISA/MS. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 18

57	440124	SONDA PARA GASTROSTOMIA TIPO BUTTON (AO NÍVEL DA PELE) 22 FR. EM SILICONE COM BALÃO DE 3 A 5 CC E KIT VÁLVULA PARA ENCHIMENTO DO BALÃO E DISPOSITIVO ANTI TRAVAS PARA CONEXÃO DE SONDAS EXTENSORES PARA ALIMENTAÇÃO. COMPRIMENTO ENTRE A PELE E ESTÔMAGO DEVE SER DE ATÉ 2.5 CM. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 19
58	440104	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 22 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: ES EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 20
59	200605	TINTA NANQUIM (CORANTE ENDOSCOPIA); 100 MG/ML (10%); SOLUÇÃO INJETÁVEL. CORANTE DE CONTRASTE, UTILIZADO PARA MELHORAR A VISUALIZAÇÃO DE CÉLULAS EM EXAMES, COMO BACTERIOSCOPIA, ENDOSCOPIA E COLONOSCOPIA. DEVE SER BIOCAMPATÍVEL. EMBALAGEM INDIVIDUAL COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO DEVE APRESENTAR RMS. APRESENTAÇÃO: AMPOLA COM CERCA DE 6 ML. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 21
60	456363	CORANTE, TIPO INDIGO CARMIM, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO SOLUÇÃO A 0,5% FRASCO 6 ML ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 22
61	331361	CORANTE, TIPO AZUL DE METILENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CI 52015 FRASCO 25G ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 23
62	440131	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 15 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: ES EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 24
63	440132	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 18 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: ES EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 25
64	440136	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 20 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: ES EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 26
65	440133	SONDA TRATO DIGESTIVO, APLICAÇÃO: P, GASTROSTOMIA, MATERIAL: SILICONE, CALIBRE: CERCA DE 24 FRENCH, CONECTOR: CONECTOR PADRÃO EM Y, CLAMP E TAMPA, COM PARA FIXAÇÃO, OUTROS COMPONENTES: DISTAL - INTRA GÁSTRICA E PERIOSTOMAL, ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO P, VIA ENDOSCÓPICA PERCUTÂNEA, ESTERILIDADE: ES EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 27
66	465127	PINÇA DE BIÓPSIA AUTOCLAVÁVEL PARA VIDEOGASTROSCÓPIO, SEM ESPÍCULA, 160 CM DE COMPRIMENTO E 1,8 MM DE DIÂMETRO. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 28
67	465241	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, tipo RETIRADA DE CORPO ESTRANHO, ponta DENTE DE RATO, material FIO AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÃO: diâmetro 1,8mm X 160 cm de comprimento sem isolamento, Compatível com equipamento pediátrico especificado em edital. AUTOCLAVÁVEL. Embalagem individual com dados de identificação do produto, lote, validade registro na Anvisa/MS. Apresentação: UNIDADE ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 29
68	465282	PINÇA PARA ENDOSCÓPIO, tipo JACARÉ, em METAL. Para retirada de corpo estranho por endoscopia digestiva. DIÂMETRO de aproximadamente 1,8 mm e COMPRIMENTO total com equipamento pediátrico especificado em edital. AUTOCLAVÁVEL. Embalagem individual com dados de identificação do produto, lote, validade, fabricante. Possuir registro Apresentação: UNIDADE ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 30
69	465290	ALÇA, TIPO POLIPECTOMIA, CALIBRE 1,8 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ASSIMÉTRICA, TIPO USO PEDIÁTRICO, COMPRIMENTO APROXIMADAMENTE DE 160 CM, ACESSÓRIOS ABERTURA, C/ CONEXÃO P/ BISTURI ELÉTRICO. ESTÉRIL E DESCARTÁVEL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 31
70	602998	AGULHA ESCLEROTERAPIA VIA ENDOSCÓPICA, MATERIAL AGULHA AÇO INOXIDÁVEL, DIMENSÃO AGULHA CERCA DE 21 G X 5 MM, COMPATIBILIDADE P/ CANAL CERCA DE 2,0 MM CATETER CATETER EM PTFE, PEÇA DE MÃO MANOPLA, C/ INJETOR ÚNICO, ESTERILIDADE ESTÉRIL, USO ÚNICO ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 32
71	475105	BOCAL DESCARTÁVEL, APLICAÇÃO ENDOSCOPIA, MATERIAL EM PLÁSTICO RESISTENTE, ATÓXICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INFANTIL, EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 33
72	604174	EMPURRADOR DE NÓ ENDO LOOP (ENDOLOOP), PARA USO EM APARELHO ENDOSCÓPICO, CANAL 2,8MM, 240CM DE EXTENÇÃO. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 34
73	460684	INSUFLADOR USO MÉDICO, TIPO MANUAL, INDICAÇÃO PARA BALÃO ENDOSCÓPICO, CONTROLE COM MANÔMETRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONECTOR COMPATÍVEL ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 35
74	620712	FRASCO COLETOR, TIPO P/ PÓLIPO, MATERIAL PLÁSTICO, COMPONENTES SISTEMA FECHADO, GRADUAÇÃO C/ COMPARTIMENTOS P/ ATÉ 4 AMOSTRAS, ADICIONAL USO P/ COLETA ESTERILIDADE USO ÚNICO ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 36

75	472293	CESTA/REDE PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO TIPO ROTH NET, PARA USO EM CANAL DE 2 MM. ESTERIL, DESCARTAVEL. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 37
76	472293	CESTA/REDE PARA RETIRADA DE CORPO ESTRANHO TIPO ROTH NET, PARA USO EM CANAL DE 2,8MM, CERCA DE 240CM, ESTERIL, DESCARTAVEL. ITEM DE AMPLA PARTICIPAÇÃO EQUIVALENTE AO ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP 38

Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal (CATMAT), prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

ANEXO III - Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº XX/2022

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES ESPECÍFICOS PARA O SERVIÇO DE HEMODIÁLISE

1. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	xx/2022 - Uasg 155909
Contrato nº	xx/2022 - Uasg 155909
Unidade contratante	xxx - Uasg xxx
Nota de Empenho nº	202xNExxxxxx (link)

Contratada	xxx
CNPJ	xxx
Endereço	xxx
Endereço eletrônico	xxx@xxx

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

Item	Descrição	Qtde.	Valor unit.	Valor total
x	xxx	xxx	R\$ xxx	R\$ xxx

3. INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Prazo para entrega	Conforme prazos estabelecidos no Termo de Referência:
Data prevista para entrega	xx/xx/202x

Local de entrega	xxx
Horário de entrega	xxx
Contato para entrega	xxx@xxx / (DDD) xxxx-xxxx

4. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

Indicador nº 1 - Entrega tempestiva dos insumos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos insumos no prazo pactuado
Meta a cumprir	A entrega dos materiais deverá ser efetuada em até 20 (vinte) dias corridos , contados a partir do recebimento da Ordem de fornecimento e a Nota de Empenho pelo CONTRATADO
Instrumento de medição	Ordem de Fornecimento Documento com o registro da entrega dos insumos na unidade contratante
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Fornecimento
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de entrega dos insumos) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Ordem de Fornecimento enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos insumos realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022 = 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da unidade contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Início da vigência	Data da assinatura da Ordem de Fornecimento
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos insumos: 100% do valor da Ordem de Fornecimento b) Atraso de até 10 dias: 99% do valor da Ordem de Fornecimento c) Atraso entre 10 e 20 dias: 97% do valor da Ordem de Fornecimento d) Atraso acima de 20 dias: 95% do valor da Ordem de Fornecimento
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	Caso a Ordem de Fornecimento seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores

5. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

5.1.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

5.1.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

5.1.1.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

5.1.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebsers, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- I - tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III - demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebsers em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV - convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- V - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI - apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII - ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII - não mantiver a proposta;
- IX - falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

5.1.1.4. As sanções previstas nos subitens 5.1.1.1. e 5.1.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

5.1.1.5. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

5.1.1.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.

5.1.1.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

5.1.1.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

(assinado eletronicamente)
FULANO(A) DE TAL
Fiscal técnico do contrato
Portaria de Designação nº xx/202x (link)

ANEXO IV - Termo de Recebimento Provisório - SEI

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES ESPECÍFICOS PARA O SERVIÇO DE HEMODIÁLISE

6. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	xx/2022 - Uasg 155007 - Adm. Central da Ebsers (link)
Contrato nº	xx/2022 - Uasg 155007 - Adm. Central da Ebsers (link)
Unidade contratante	xxx - Uasg xxx
Nota de Empenho nº	202xNExxxxxx (link)

Contratada	xxx
CNPJ	xxx
Endereço	xxx
Endereço eletrônico	xxx@xxx

7. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	xx/202x (link)
Valor total	R\$ xxx
Remessa referente aos itens entregues	1ª
Valor da remessa	R\$ xxx
Data prevista para entrega dessa remessa	xx/xx/202x

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	xxx (link)
Data de recebimento dos materiais	xx/xx/202x

Cumprimento da obrigação	
<input type="checkbox"/> Entrega no prazo	<input type="checkbox"/> Entrega fora do prazo (xx dias de atraso)
<input type="checkbox"/> Entrega integral	<input type="checkbox"/> Entrega parcial
Observações:	Observações (obrigatório):

Atesto o recebimento provisório do objeto, nos termos indicados acima, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo dos materiais ocorrerá em até 5 dias úteis, desde que não ocorram problemas técnicos ou divergências quanto às especificações técnicas.

(assinado eletronicamente)
FULANO(A) DE TAL

ANEXO V - Termo de Recebimento Definitivo - SEI

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES ESPECÍFICOS PARA O SERVIÇO DE HEMODIÁLISE

9. IDENTIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº	xx/2022 - Uasg 155007 - Adm. Central da Ebserh (link)
Contrato nº	xx/2022 - Uasg 155007 - Adm. Central da Ebserh (link)
Unidade contratante	xxx - Uasg xxx
Nota de Empenho nº	202xNExxxxxx (link)

Contratada	xxx
CNPJ	xxx
Endereço	xxx
Endereço eletrônico	xxx@xxx

10. DADOS DA ORDEM DE FORNECIMENTO

Ordem de Fornecimento nº	xx/202x (link)
Valor total	R\$ xxx
Remessa referente aos itens entregues	1ª / 2ª / 3ª
Valor da remessa	R\$ xxx
Data prevista para entrega dessa remessa	xx/xx/202x

11. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

Nota Fiscal nº	xxx (link)
Data de recebimento dos materiais	xx/xx/202x
Data do Termo de Recebimento Provisório	xx/xx/202x
Manifestação do Gestor	
<input type="checkbox"/> Cumprimento integral das obrigações	<input type="checkbox"/> Cumprimento parcial das obrigações
Observações:	Observações (obrigatório):
A validade de todos os insumos entregues está de acordo com o previsto no Termo de Referência? (50% do prazo total da validade)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não (implica em não recebimento dos itens com validade incorreta)
Houve atraso injustificado na entrega dos insumos? (IMR nº 1)	<input type="checkbox"/> Sim (xx dias de atraso, resultando em glosa no pagamento) <input type="checkbox"/> Não (pagamento integral)
Valor devido antes do ajuste no pagamento (referente os itens efetivamente entregues, cumprindo os requisitos do Termo de Referência, com base na Ordem de Fornecimento)	R\$ xxx
Faixa de ajuste no pagamento (IMR nº1)	xxx%
Valor devido à empresa contratada (valor devido antes do ajuste x faixa de ajuste)	R\$ xxx

Atesto o recebimento definitivo do objeto, nos termos indicados acima, após verificada a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

(assinado eletronicamente)
FULANO(A) DE TAL
Gestor do contrato
Portaria de Designação nº xx/202x (link)

ANEXO VI - PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA DE MATERIAL

PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA DE MATERIAL



Identificação do avaliador

Unidade da Rede Ebserh	
Nome	
Categoria profissional	

Siape	
Lotação	

Identificação do processo de compra e item

Número de identificação do processo de compra	
Número do processo SEI da Contratação	
Número do item correspondente à amostra no Edital	
Especificação do item de acordo com Edital	
Código Ebserh (Se houver)	
Código do Sistema de Estoque (Se houver)	

Identificação da amostra

Data de recebimento	
Fornecedor/CNPJ	
Fabricante/CNPJ	
Marca	
Lote/série	
Quantidade de Amostras recebidas para avaliação	

Avaliação geral do produto e embalagem

<i>Check list</i>	Sim	Não	Não se Aplica	Observações
O produto corresponde ao item solicitado				
A apresentação corresponde à solicitada				
O produto está corretamente identificado conforme TR				
Embalagem está íntegra				
Embalagem proporciona abertura asséptica				
Ausência de resíduos e impurezas na embalagem				
A embalagem permite boa visualização do produto				
A embalagem é adequada ao tipo de produto				
Observações				

Avaliação da funcionalidade

<i>Check list</i>	Sim	Não	Não se Aplica	Descrever riscos, dificuldades ou inconformidades, se for o caso
O produto oferece risco ao profissional				
O produto oferece risco ao paciente				
Há dificuldade de manuseio				

Avaliação específica

Descrever avaliações específicas com relação ao produto e suas funcionalidades

Parecer final

Avaliação de conformidade da amostra	Aprovada	Reprovada
Em caso de reprovação, justificar		

Considerando que a aceitação da amostra constitui condição necessária para adjudicação do objeto do certame licitatório, diante das condições pré-estabelecidas no Termo de Referência, após serem submetidas à avaliação, "Aprovo" "Reprovo" as amostras.

Com fé pública, declaro para os devidos fins a responsabilidade técnica pela avaliação de amostras detalhadas neste parecer.

(assinado eletronicamente)
 NOME
 CARGO/FUNÇÃO
 LOTAÇÃO

ANEXO VII - TERMO DE GARANTIA

O prazo da garantia passa a contar a partir da instalação do equipamento ou do treinamento dos usuários, quando este último for requisitado.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, compromete-se a prestar garantia durante o prazo de 2 (dois) ANOS, contados a partir da instalação do equipamento ou do treinamento dos usuários, quando este último for requisitado, ao COMPLEXO HOSPITALAR UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (CHU-UFPA), por intermédio do Pregão Eletrônico SRP Nº ____/____, descritos na Nota Fiscal Nº _____, contra eventuais defeitos de materiais, fabricação ou funcionamento, bem como por problemas decorrentes de mau acondicionamento e/ou falhas no transporte ou instalação inadequada. Essa garantia cobre ainda os defeitos de funcionamento das peças e componentes dos bens nas condições normais de uso e conforme as instruções fornecidas pelos fabricantes.

A garantia abrange a manutenção preventiva e corretiva dos bens (por intermédio da contratada ou de sua(s) credenciada(s)), se for o caso, no local de entrega dos produtos, e de acordo com as normas técnicas específicas, a fim de manter os mesmos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional a contratante.

Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a remover os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo nesse caso, a substituição de peças, ajustes, reparos e correções necessárias.

A manutenção corretiva deverá ser realizada de segunda a sexta-feira (dias úteis), no horário de expediente, das **08:00 às 16:00**.

A CONTRATADA que descumprir qualquer obrigação assumida neste Temo de Garantia ficará sujeita às penalidades previstas no Edital de Licitação supra identificado.

Belém-PA, ____ de _____ de 2025



Documento assinado eletronicamente por **David dos Santos Bermeu, Chefe de Unidade**, em 17/07/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Johnny da Silveira Ferreira, Chefe de Setor, Substituto(a)**, em 17/07/2025, às 11:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Loiani do Socorro Palheta de Miranda, Enfermeiro(a)**, em 17/07/2025, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Giseanny Valeria Nascimento Da Costa Oliveira, Assistente Administrativo**, em 17/07/2025, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Vianna Cortez de Souza, Gerente, Substituto(a)**, em 18/07/2025, às 08:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **51431766** e o código CRC **ED76E13A**.